

Povos Indígenas no Brasil

Fonte JORNAL DE BRASÍLIA Class.: PALESTRA

Data 04/07/80 Pg.:

4.ª Cientistas são proibidos de estudar índios

Através de uma circular distribuída pelas universidades, a Fundação Nacional do Índio proibiu a presença de cientistas nas áreas indígenas, mesmo que seja para fins de pesquisa. A informação foi feita pela Sociedade Brasileira de Indigenistas, continuando a campanha de denúncias contra a atual administração da Funai. Segundo a SBI, esta proibição demonstra "o receio dos administradores do índio de que se veja *in loco* a situação das comunidades indígenas brasileiras e dos crimes que vêm sendo cometidos contra os índios do Brasil".

Além desta denúncia, os indigenistas acusam ainda o órgão tutor de autorizar ilegalmente a presença da empresa Euler Planejamento, que se encontra na área nambiquara com engenheiros e topógrafos, abrindo a picada do novo traçado da BR-364 (Cuiabá-Porto Velho) "que será o novo caminho para o extermínio dos últimos índios nambiquara".

TELEGRAMA

O deputado Modesto da Silveira (PMDB-RJ) ao tomar conhecimento das demissões dos 21 indigenistas, telegrafou ao presidente da Funai, solicitando que a Funai "prove a improcedência dos fatos alegados pelos indigenistas". Estas denúncias estão contidas no documento enviado ao ministro Mário Andreazza, do Interior que provocou a demissão dos sertanistas, antropólogos e educadores, signatários do documento. Silveira afirma ainda que "há consenso público de que a Funai desviou-se dos objetivos legais e superiores da política indigenista e a única forma honrosa da permanência da atual administração seria subordinar-se à defesa legal dos índios brasileiros".

Ao mesmo tempo, o parlamentar enviou mensagem aos indigenistas demitidos reafirmando estar "às ordens da SBI na defesa da liberdade de associação e expressão bem como de seus altos objetivos".

A presidência da Funai ainda não se manifestou sobre as denúncias.